



53.^a ASSEMBLEIA PLENÁRIA

2 A 8 DE JULHO DE 2023

ARUSHA, REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA

**RELATÓRIO DA COMISSÃO EXECUTIVA SOBRE QUESTÕES
FINANCEIRAS (RELATÓRIO DO TESOUREIRO)**

CONTAS DE GESTÃO REFERENTES AO EXERCÍCIO FINANCEIRO FINDO
EM 31 DE MARÇO DE 2023

A Comissão Executiva vem por este meio apresentar à 53.^a Assembleia Plenária as contas de gestão do Fórum Parlamentar da SADC relativas ao exercício financeiro findo em 31 de Março de 2023.

As referidas contas de gestão têm as seguintes componentes:

- 1.0. Situação das contribuições obrigatórias dos membros registada em 31 de Março de 2023, com dados actualizados em 15 de Junho de 2023;
- 2.0. Relatório do desempenho orçamental vigente em 31 de Março de 2023
 - 2.1. Actualização sobre o impacto e a aplicação da norma visando a optimização da tecnologia para a implementação de actividades
 - 2.2. Relatório sobre os Desvios Orçamentais do exercício findo em 31 de Março de 2023
- 3.0. Relatórios financeiros dos programas/projectos patrocinados por doadores
 - 3.1. ASDI (SIDA): Projecto de Saúde & Direitos Sexuais e Reprodutivos (SDSR)
 - 3.2. ADA: Projecto de Reforço da Capacidade Parlamentar na SADC
 - 3.3. ACTIONAID: Projecto de responsabilização e disponibilidade de corresponder às necessidades de género
 - 3.4. SAFAIDS
 - 3.5. PLAN International
 - 3.6. Outros doadores

1.0. DADOS REGISTRADOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 REFERENTES ÀS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS DOS MEMBROS

1.1. Dados de referência sobre as contribuições anuais obrigatórias

- (i) As contribuições anuais obrigatórias a serem pagas pelos parlamentos membros cifram-se em N\$ 1 501 500 por ano por parlamento. A contribuição das Seicheles é de N\$127.050 por ano.
- (ii) As receitas totais provenientes das contribuições obrigatórias no exercício financeiro de 1 de Abril de 2022 a 31 de Março de 2023 situam-se, por conseguinte, em N\$21 148 050.

1.2. Situação das quotas dos membros em 31 de Março de 2023

SITUAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2023					
PARLAMENTOS	SALDO REPORTI	QUANTIA	QUANTIA	SALDO	OBSERVAÇÕES
	01-Apr-22	COBRADA	RECEBIDA	31-Mar-23	
Angola	-	1,501,500	1,501,500	-	PAGA
Botswana	-	1,501,500	1,501,500	-	PAGA
RDC	-	1,501,500	-	1,501,500	
Eswatini	-	1,501,500	1,501,500	-	PAGA
Lesoto	-	1,501,500	1,501,500	-	PAGA
Madagáscar	1,501,500	1,501,500	1,501,500	1,501,500	
Malawi	-	1,501,500	-	1,501,500	
Maurícias	-	1,501,500	1,501,500	-	PAGA
Moçambique	-	1,501,500	1,501,500	-	PAGA
Namíbia	(1,501,500)	1,501,500	1,501,500	(1,501,500)	PRÉ-PAGA
Seicheles	-	127,050	127,050	-	PAGA
África do Sul	-	1,501,500	1,501,500	-	PAGA
Tanzânia	1,501,500	1,501,500	1,500,975	1,501,500	
Zâmbia	(1,501,500)	1,501,500	1,501,500	(1,501,500)	PRÉ-PAGA
Zimbabwe	-	1,501,500	1,501,500	-	PAGA
TOTAL	-	21,148,050	18,144,525	3,003,000	-

1.2.1 Leva-se ao conhecimento da Assembleia Plenária que a situação vigente em 31 de Março de 2023 é a que será apresentada nas demonstrações financeiras auditadas e, por conseguinte, a sua apresentação nesta fase é para se tomar conhecimento.

1.2.2 Em 31 de Março de 2023, onze parlamentos tinham remetido o pagamento na totalidade das suas contribuições do exercício financeiro vigente sem deixar nenhuma quantia por saldar. São os seguintes: África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Eswatini, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Zâmbia e Zimbabwe. A Namíbia e a

Zâmbia tinham adiantado os pagamentos do exercício financeiro que começou no dia 1 de Abril de 2023.

1.2.3 Quatro países tinham pagamentos em falta para o exercício findo em 31 de Março de 2023, nomeadamente a RDC, Madagáscar, Malawi e Tanzânia.

1.3. Situação vigente em 30 de Junho de 2023

1.3.1 Embora o período abrangido pelas presentes contas de gestão seja o de 1 de Abril de 2022 a 31 de Março de 2023, apresenta-se o ponto de situação das contribuições dos membros em 30 de Junho de 2023, a fim de reflectir a situação mais recente para o benefício da Assembleia Plenária. Os dados actualizados incluem as contribuições obrigatórias do exercício financeiro de 1 de Abril de 2023 a 31 de Março de 2024, cobradas a partir de 1 de Abril de 2023. Serão apresentados dados mais actualizados durante a reunião da Assembleia Plenária.

SITUAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2023					
PARLAMENTO	SALDO REPORTD 01 ABRIL 2023	QUANTIA COBRADA	QUANTIA RECEBIDA	SALDO 30 JUNHO 2023	OBSERVAÇÕES
Angola	-	1,501,500	-	1,501,500	
Botswana	-	1,501,500	1,501,500	-	PAGA
RDC	1,501,500	1,501,500	-	3,003,000	
Eswatini	-	1,501,500	1,501,500	-	PAGA
Lesoto	-	1,501,500	-	1,501,500	
Madagáscar	1,501,500	1,501,500	-	3,003,000	
Malawi	1,501,500	1,501,500	1,143,500	1,859,500	
Maurícias	-	1,501,500	-	1,501,500	
Moçambique	-	1,501,500	-	1,501,500	
Namíbia	(1,501,500)	1,501,500	-	-	PAGA
Seicheles	-	127,050	-	127,050	
África do Sul	-	1,501,500	1,501,500	-	PAGA
Tanzânia	1,501,500	1,501,500	3,003,000	-	PAGA
Zâmbia	(1,501,500)	1,501,500	-	-	PAGA
Zimbabwe	-	1,501,500	-	1,501,500	
TOTAL	3,003,000	21,148,050	8,651,000	15,500,050	-

1.3.2 O saldo reportado em 1 de Abril de 2023 incluía os pagamentos antecipados pela Namíbia e pela Zâmbia relativos às contribuições do exercício financeiro que iniciou em 1 de Abril de 2023 (exercício financeiro corrente).

1.3.3 Em 30 de Junho de 2023, três países ainda tinham pagamentos em falta do exercício financeiro findo em 31 de Março de 2023, nomeadamente a RDC, Madagáscar e Malawi. Contudo, o Malawi só

tinha pagamento em falta de N\$358.00 do exercício findo em 31 de Março de 2023, tendo remetido um pagamento de N\$1.143.500 em Maio de 2023. O saldo remanescente para o Malawi passa a ser de N\$1.859.499.90, que totaliza a quantia sendo cobrada no exercício financeiro actual.

1.3.4 Em 30 de Junho de 2023, seis parlamentos tinham remetido na totalidade o pagamento das suas contribuições do exercício financeiro vigente sem deixar nenhuma quantia por saldar. Trata-se do Botswana, de Eswatini, da Namíbia, da África do Sul, da Tanzânia e da Zâmbia.

1.3.5 Nove parlamentos ainda não remeteram as contribuições relativas ao exercício financeiro em curso.

1.4. RECOMENDAÇÕES SENDO SUBMETIDAS À CONSIDERAÇÃO DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA

a) A Assembleia Plenária é convidada a apreciar e tomar conhecimento da situação das contribuições anuais obrigatórias vigente em 31 de Março de 2023, e a sua actualização em 30 de Junho de 2023.

b) A Assembleia Plenária é convidada a apreciar o esforço dos parlamentos membros relativamente ao pagamento das contribuições e encorajar os parlamentos com pagamentos em falta a considerarem como prioridade o pagamento das referidas contribuições.

2.0. RELATÓRIO DO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO VIGENTE EM 31 DE MARÇO DE 2023

2.1. Actualização sobre o impacto e a aplicação da norma visando a optimização da tecnologia para a implementação de actividades

2.1.1. Como é do conhecimento da Assembleia Plenária, o orçamento do exercício findo em 31 de Março de 2023 foi elaborado com o pressuposto de que uma Assembleia Plenária, as reuniões das comissões permanentes e outras reuniões teriam lugar em formato virtual, a não ser que houvesse a disponibilidade de outras fontes de financiamento. O referido pressuposto deve-se à posição normativa deliberada que foi assumida para se gerir os escassos recursos financeiros através da optimização do uso da tecnologia com vista a facilitar reuniões virtuais, tendo em consideração os ensinamentos adquiridos a partir da realização bem-sucedida das 47.^a e 48.^a Assembleias Plenárias e de outras reuniões em formato virtual durante o auge da pandemia de COVID-19 em 2020.

- 2.1.2. Informa-se à Assembleia Plenária que, embora o Fórum tenha no passado conseguido organizar reuniões e Assembleias Plenárias em formato virtual, os membros têm manifestado a sua preferência por reuniões presenciais, tendo a Comissão Executiva decidido, na sua reunião de Junho de 2022, dar prioridade às reuniões presenciais. Esta situação deve-se principalmente ao facto de as reuniões virtuais terem sido afectadas por questões de conectividade em alguns países membros, o que dificultou a participação efectiva dos membros. Nessa altura, a Comissão Executiva também aludiu ao facto de se ter verificado uma diminuição significativa das interacções e da qualidade espontânea dos contributos dos participantes nas reuniões virtuais, em comparação com as reuniões presenciais. Além disso, deixaram de estar em vigor as restrições impostas pela pandemia de COVID e muitos parlamentos membros reduziram os seus investimentos na tecnologia informática, em comparação com os que foram realizados durante a pandemia. Muitos parlamentos membros não estão, portanto, prontos em termos de tecnologia no sentido de os seus membros se conectarem virtualmente com wi-fi de qualidade que pode apoiar interacções sem sobressaltos com som e vídeo.
- 2.1.3. Leva-se ao conhecimento da Assembleia Plenária que tanto a 51.^a como a 52.^a Assembleias Plenárias foram realizadas presencialmente em Lilongwe, Malawi, e em Kinshasa, RDC, respectivamente, o que levou à alocação de fundos a partir dos Lucros Acumulados para fazer face a esta mudança.
- 2.1.4. Leva-se igualmente ao conhecimento da Assembleia Plenária que as reuniões das comissões permanentes em véspera da 51.^a e da 52.^a Assembleias Plenárias também foram realizadas presencialmente em Joanesburgo, África do Sul, o que resultou em despesas superiores às previstas no orçamento. Leva-se também à atenção da Assembleia Plenária que, felizmente, as reuniões das comissões permanentes foram em grande parte financiadas pelo Projecto SDSR, com a contribuição da GIZ e de outros doadores, devido às limitações do orçamento principal do FP-SADC.
- 2.1.5. Os dados que mostram as diferenças entre as despesas reais e as previstas no orçamento são apresentados no relatório sobre os desvios orçamentais, no ponto 2.2.

2.1.6. RECOMENDAÇÕES SUBMETIDAS À CONSIDERAÇÃO DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA

A Assembleia Plenária é convidada a tomar conhecimento dos factos acima referidos, a fim de apreciar o seu impacto no orçamento do Fórum.

2.2. RELATÓRIO SOBRE OS DESVIOS ORÇAMENTAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023

2.2.1 Contexto

O presente relatório dos desvios orçamentais não inclui despesas orçamentadas a partir das receitas provenientes dos fundos concedidos por doadores, mas concentra-se nas receitas e despesas orçamentadas a partir das contribuições obrigatórias pagas pelos membros e outras receitas arrecadadas pelo FP-SADC. As outras receitas incluem os juros ganhos e os encargos administrativos vencidos a partir do Projecto da ASDI. No orçamento aprovado para o exercício financeiro, o total das despesas orçamentadas cifra-se em N\$50.141.678. Deste montante, N\$25,881,788 são despesas orçamentadas para actividades financiadas por doadores que têm uma receita total orçamentada correspondente de N\$25,881,788 e têm, portanto, um efeito líquido nulo no orçamento do FP-SADC. As despesas orçamentadas para as receitas do FP-SADC (menos os fundos dos doadores) são, por conseguinte, de N\$24.259.890. Para o efeito, as demonstrações de responsabilidade pelos fundos do financiamento concedido pelos doadores serão apresentadas numa secção separada do presente relatório. Além disso, a partir de 1 de Abril de 2023, os fundos concedidos pelos doadores não serão compilados juntamente com as contas do FP-SADC, para evitar uma representação excessiva da situação financeira.

2.2.2 RELATÓRIO SOBRE OS DESVIOS ORÇAMENTAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023

	Referência	A	B	C	D	E	F	G	H	I
	FP-SADC	orçamento anual	Suplementar 30/04/2021	Variações 30/04/2021	Orçamento total 31/05/2021	Ytd Real 31/03/2023	Saldo 31/03/2023	VAR % 31/03/2023	Despesa Real % do Orçamento	Ponto de situação
1	Custos administrativos	925.524.00	-	—	925.524.00	819.010.68	106.513.32	11,51%	88,49%	Favorável
2	Despesas de comunicação	510.980.00	—	—	510.980.00	246.108.75	264.871.25	51,84%	48,16%	Favorável
3	Despesas financeiras	396.000.00	—	220.000.00	616.000.00	393.384.00	222.616.00	36,14%	63,86%	Favorável
4	Custos de manutenção da viatura	120.000.00	—	—	120.000.00	32.802.02	87.197.98	72,66%	27,34%	Favorável
5	Custos profissionais, jurídicos e de consultoria	134.400.00	—	—	134.400.00	426.394.28	-291.994,28	-217,26%	317,26%	Desfavorável
6	Emolumentos dos funcionários	15.659.084.00	1.495.104.30	—	17.154.188.30	13.773.427.41	3.380.760.89	19,71%	80,29%	Favorável
7	Passagens, ajudas de custos e transporte	245.584.00	—	—	245.584.00	670.106.59	-424.522,59	-172,86%	272,86%	Desfavorável
8	Auditoria	150.000.00	—	—	150.000.00	176.131.85	-26.131,85	-17,42%	117,42%	Desfavorável
9	Seguros	223.070.00	-	—	223.070.00	127.825.60	95.244.40	42,70%	57,30%	Favorável
10	Reuniões da Assembleia Plenária	2.164.600.00	1.400.000.00	—	3.564.600.00	3.162.494.57	402.105.43	11,28%	88,72%	Favorável
11	Reuniões da Comissão Executiva	453.200.00	—	259.800.00	713.000.00	783.277.01	-70.277,01	-9,86%	109,86%	Desfavorável
12	Reuniões da Comissão Directiva	259.800.00	—	-259.800.00	—	—	—	—	—	Favorável
13	Custos dos outros órgãos políticos	86.500.00	—	—	86.500.00	74.945.99	11.554.01	13,36%	86,64%	Favorável
14	Custos de tradução	250.000.00	—	—	250.000.00	213.842.28	36.157.72	14,46%	85,54%	Favorável
15	Apoio aos programas	301.500.00	—	—	301.500.00	336.830.74	-35.330,74	-11,72%	111,72%	Desfavorável
16	Reuniões das comissões permanentes	486.000.00	225.000.00	—	711.000.00	711.176.97	-176,97	-0,02%	100,02%	Desfavorável
17	Missões de observação eleitoral	300.000.00	732.000.00	—	1.032.000.00	1.312.611.72	-280.611,72	-27,19%	127,19%	Desfavorável
18	Despesas de capital	539.648.00	473.000.00	—	1.012.648.00	302.580.63	710.067.37	70,12%	29,88%	Favorável
19	Fundo de contingência	70.000.00	—	—	70.000.00	—	70.000.00	100,00%	0,00%	Favorável
20	Reembolso do empréstimo (parcela de capital)	624.000.00	—	-120.000.00	504.000.00	456.307.14	47.692.86	9,46%	90,54%	Favorável
21	Viatura	360.000.00	—	-100.000.00	260.000.00	213.954.82	46.045.18	17,71%	82,29%	Favorável
	(Depósito & Pagamento da parcela de capital do empréstimo)									
	TOTAIS	24.259.890.00	4.325.104.30	—	28.584.994.30	24.233.213.05	4.351.781.25	15,22%	84,78%	

2.2.3. Despesas Orçamentadas: N\$ 24.259.890.

O total das despesas orçamentadas para o exercício financeiro (orçamento aprovado para 2022/2023 pela 50.^a Assembleia Plenária), menos as despesas orçamentadas relativas aos fundos concedidos pelos doadores, foi de N\$24.259.890 (*Ver o total da coluna A*).

2.2.4. Orçamento Suplementar

O seguinte resultou em montantes de orçamento suplementar que aumentaram as despesas orçamentadas num montante de N\$4,325,104 (Consultar o total da coluna B), a partir de N\$24,259,890 (Consultar o total da coluna A) para N\$28,584,994 (*Consultar o total da coluna D*).

2.2.4.1. Saldos reportados do exercício findo em 31 de Março de 2022

Durante o exercício financeiro de 2022/2023, em conformidade com a aprovação da 51.^a Assembleia Plenária, o seguinte saldo de fundos

do exercício financeiro findo em 31 de Março de 2022 foi aprovado para ser reportado e ser utilizado, conforme indicado a seguir:

- (i) foi transitado um total de N\$473.000 para as despesas de capital não incursas no ano anterior na mesma rubrica orçamental;
- (ii) foi transportado um saldo de N\$228.000 para a rubrica Observação Eleitoral a partir da mesma rubrica orçamental;

2.2.4.2. Alocações a partir dos Lucros Acumulados

A 51.^a Assembleia Plenária analisou e aprovou as seguintes dotações a partir dos lucros acumulados:

- (i) A alocação de um montante de N\$225.000 a partir dos Lucros Acumulados para a rubrica orçamental das Reuniões das Comissões Permanentes, com vista a facilitar a realização das reuniões de Novembro de 2022.
- (ii) Que seja transferido um montante de N\$1.400.000 dos Lucros Acumulados para a rubrica orçamental da Assembleia Plenária para a 52.^a Assembleia Plenária que se realizou presencialmente na RDC em Novembro/Dezembro de 2022, para cobrir o défice orçamental projectado de N\$1.400.000, tendo em conta o facto de o orçamento aprovado ter previsto a realização da referida Assembleia Plenária apenas em formato virtual. O custo total estimado da 52.^a Assembleia Plenária era de 2,5 milhões de dólares namibianos.

2.2.4.3. Movimentação das rubricas orçamentais

A 51.^a Assembleia Plenária analisou e aprovou a seguinte reafectação de fundos dentro do orçamento aprovado para 2022/2023:

- (i) A transferência do montante de N\$ 120.000 da rubrica orçamental de desembolso do capital do crédito imobiliário para a rubrica orçamental das Despesas Financeiras.
- (ii) A transferência do montante de N\$ 100.000 da rubrica orçamental do reembolso do capital do crédito automóvel para a rubrica orçamental das Despesas Financeiras.

2.2.4.4. Contribuições adicionais pagas pelos Estados membros

Foram disponibilizadas contribuições no valor de N\$504.000 por seis parlamentos membros para a Missão de Observação Eleitoral às eleições de Agosto de 2022 em Angola.

2.2.4.5. Contribuição da ASDI para os salários

Foi concedido um montante de N\$1.495.104 para o salário de um Gestor de Programa.

2.2.5. TOTAL DAS DESPESAS REAIS N\$24.233.213

A despesa real total registada em 31 de Março de 2023 foi de N\$24.233.213, representando 85% das despesas totais orçamentadas para o exercício no montante de N\$28.584.994, deixando um saldo de N\$4.351.781 (15%).

2.2.6. DESVIOS DESFAVORÁVEIS SIGNIFICATIVOS

As seguintes rubricas orçamentais apresentam desvios desfavoráveis significativos (de mais de 10%) registados em 31 de Março 2023:

2.2.6.1. Despesas profissionais, jurídicas e de consultorias –217%

Foi realizado um desvio desfavorável de N\$291.994 (217%) com uma despesa de N\$426.394, tendo sido previstos N\$134.400 no orçamento. As despesas nesta rubrica orçamental destinavam-se para pagar os consultores contratados para a revisão salarial e os sistemas de gestão de desempenho, bem como a revisão dos manuais de auditoria interna, entre outras consultorias. Este desvio desfavorável surgiu principalmente porque a rubrica orçamental foi sub-orçamentada e não foi revista no sentido de levar em conta o custo das consultorias. As consultorias foram aprovadas pela Assembleia Plenária para a implementação da política e dos sistemas dos recursos humanos e da gestão financeira, que tinha ficado por se realizar durante muitos anos. Ficou assente que a instituição realizaria poupanças em várias outras rubricas orçamentais, as quais poderiam ser utilizadas e que, portanto, o orçamento geral total não seria excedido, e as despesas totais estariam ainda dentro do orçamento total aprovado.

2.2.6.2. Passagens, ajudas de custos e transporte –173%

As despesas reais eram de N\$670.107 enquanto as despesas orçamentadas foram de N\$245.584, resultando num desvio negativo de N\$424.523 (173%). Este desvio deveu-se à participação em várias conferências e reuniões regionais e internacionais, incluindo as 144^a, 145^a e 146^a Conferências da União Interparlamentar (UIP), a Cimeira da SADC na RDC, o Parlamento Pan-Africano e outras reuniões regionais. Os custos foram mais elevados do que previsto devido ao aumento dos custos de voos e hospedagem. A participação nas reuniões é estratégica para facilitar as ligações e construir relações à medida que o Fórum caminha para a sua transformação em Parlamento Regional. Além disso, é o Fórum que convoca a reunião

do Grupo da SADC por ocasião das conferências da União Interparlamentar (UIP), a fim de garantir a priorização e a promoção da agenda regional comum.

2.2.6.3. Apoio aos programas –12%

O montante do orçamento foi de N\$301.500, enquanto as despesas incursas foram de N\$336.831, resultando num desvio desfavorável de N\$35.331 (12%). Esta rubrica orçamental foi utilizada para várias reuniões e outras actividades visando a criação e manutenção de parcerias e a mobilização de recursos. Entre estes contam-se a Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo, a Cimeira do NDI sobre Constitucionalismo, o Secretariado da SADC, o Ministério Federal dos Assuntos Europeus e Internacionais da República da Áustria, a Embaixada da Alemanha e outros parceiros de cooperação internacional. Uma vez que o estabelecimento de contactos é o pilar que visa o reforço da base de recursos do FP-SADC, especialmente na sequência da redução da capacidade interna de recursos técnicos no âmbito do Departamento dos Assuntos Parlamentares e Programas, bem como da redução do financiamento concedido pelos doadores, é necessário continuar a disponibilizar recursos, tanto técnicos como financeiros, para o efeito. Importa assinalar que algumas despesas foram reatribuídas às comissões permanentes, uma vez que as missões realizadas estavam relacionadas com comissões permanentes específicas, como as Comissões FANR e DGHR.

2.2.6.4. Observação eleitoral –27%

As despesas reais foram de N\$1.312.612 enquanto as despesas orçamentadas eram de N\$1.032.000, resultando num desvio desfavorável de N\$280.612 (27%). Estas despesas foram incursas no âmbito da missão de observação eleitoral de Agosto de 2022 em Angola. Os custos de transporte dentro do país, alojamento e salas de conferência foram muito elevados, devido à grande procura resultante do elevado número das missões de observação eleitoral em Angola. Foram disponibilizadas contribuições para as referidas eleições por seis parlamentos membros, tendo sido já entregues três contribuições de Moçambique, Zâmbia e África do Sul; as contribuições de 4.800 dólares norte-americanos por cada parlamento participante (total de 504.000 dólares norte-americanos) estão inclusas no montante das despesas orçamentadas de 1.032.000 dólares norte-americanos. Além disso, foram transportados N\$228.000 para a rubrica Observação Eleitoral do exercício financeiro anterior findo em 31 de Março de 2022.

2.2.6.5. Auditoria –17%

As despesas efectivas foram de N\$176.132, enquanto as despesas orçamentadas foram de N\$150.000. O desvio negativo de N\$26.132

(17%) deveu-se ao facto de os honorários reais terem sido superiores aos orçamentados.

2.3. RECOMENDAÇÕES SUBMETIDAS À CONSIDERAÇÃO DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA

2.3.1.A Assembleia Plenária é convidada a apreciar e tomar conhecimento do desempenho do orçamento registado em 31 de Março de 2023.

2.3.2.A Assembleia Plenária é convidada a apreciar as razões dos desvios desfavoráveis e o facto de que o orçamento total não foi extrapolado. Nos casos em que se previu oportunamente um excesso de despesas, foram apresentadas à Comissão Executiva e à Assembleia Plenária propostas de movimentações e afectação de fundos. A Comissão Executiva informa que as despesas excessivas em determinadas rubricas do orçamento foram causadas pela necessidade de garantir a realização de actividades para promover os objectivos do Fórum, em conformidade com o seu Plano Estratégico. Além disso, embora em anos anteriores muitas actividades tenham sido co-financiadas por parceiros de cooperação, tem havido uma necessidade crescente de reforçar que nos devemos apoiar em recursos internos. O aumento dos custos devido à inflação contribuiu para o aumento das despesas.

3.0. RELATÓRIOS FINANCEIROS DOS PROJECTOS PATROCINADOS POR DOADORES

3.1. PROJECTO DE SAÚDE E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DA ASDI (SDSR)

3.1.1 Na sequência da aprovação da extensão a custo zero em 2023, o período de vigência do Projecto SDSR passou a ser de 1 de Julho de 2019 a 31 de Maio de 2023. O orçamento total da subvenção foi de 3.778.795 dólares americanos (35 milhões de coroas suecas) a serem utilizados durante um período de 4 anos. Os fundos de SDSR são mantidos numa conta bancária separada e as demonstrações financeiras são elaboradas em dólares norte-americanos (USD) e auditadas separadamente.

3.1.2. Desempenho financeiro registado em 31 de Março de 2023

A subvenção total recebida e os fundos gastos durante os exercícios financeiros 2022/2023 e 2021/2022 são os seguintes:

	2022/2021	2021/2022
	<u>US\$</u>	<u>US\$</u>
Saldo reportado	1.277.783	1.228.099
Subvenção recebida	467.936	1.090.427
Fundos gastos	<u>1.450.923</u>	<u>1.040.743</u>
Fundos restritos líquidos	294.796	<u>1.277.783</u>

3.1.3. As taxas de utilização são de 83% para 2022/2023 (com base nos fundos totais disponíveis) e 93,35% (ou seja, US\$ 1.019.710 como percentagem de US\$ 1.090.427) para o ano 3.

3.1.4 A ASDI aprovou uma extensão a custo zero do projecto por dois meses, de 1 de Abril de 2023 a 31 de Maio de 2023). Durante este período, os fundos do Projecto SDSR disponíveis acima referidos (ou seja, 294 796 US\$) serão utilizados para financiar as seguintes componentes:

- (i) Salários dos funcionários de SDSR para Abril e Maio de 2023;
- (ii) Reuniões das comissões permanentes (previstas para 7-13 de Maio de 2023);
- (iii) Reuniões das várias partes interessadas nos parlamentos nacionais;
e
- iv) Honorários de auditoria.

3.1.5 Proposta de redução de custos

O Fórum Parlamentar da SADC apresentou ainda uma proposta de orçamento para uma extensão dos custos do projecto de 1 de Junho de 2023 a 30 de Setembro de 2023, a fim de permitir a conclusão do projecto. Os documentos da proposta estão a ser analisados pela ASDI.

3.1.6 Desvio orçamental registado em 31 de Março de 2023

3.1.6.1. O relatório dos desvios orçamentais é apresentado rubrica por rubrica relativamente às despesas orçamentadas. O desvio entre as despesas reais e as orçamentadas para o Projecto de SDSR são monitoradas mensalmente.

3.1.6.2. Em 31 de Março de 2023, não existem rubricas orçamentais em que se tenha registado **uma variação negativa considerável (ou seja, >10%)**. Uma variação negativa inferior a 10% é permissível.

	1 de Abril de 2022 – 31 de Março de 2023			
	ORÇAMENTO US\$	REAL US\$	DESVIO US\$	Varição %
RECEITAS				
Subvenções recebidas (reportadas + recebidas)	1,793,377	1,745,719	47,658	3%
Financiamento total do projecto	1,793,377	1,745,719	47,658	
DESPESAS				
1 Salários & subsídios	479,400	403,910	75,490	16%
2 Reuniões regionais da Comissão de HSDSP	45,510	48,547	(3,037)	-7%
3 Sessão conjunta dos Presidentes das comissões permanentes regionais	30,418	30,907	(489)	-2%
4 Reunião dos Secretários-gerais dos parlamentos nacionais	26,790	27,252	(462)	-2%
6 Sessão de orientação e consulta com os pesquisadores de SDSR	40,440	38,272	2,168	5%
7 Sessão conjunta das comissões permanentes do Fórum	18,624	19,368	(744)	-4%
8 Reunião regional dos Secretários das comissões	56,048	56,645	(597)	-1%
9 Workshops consultivos de várias partes interessadas	94,608	70,781	23,827	25%
11 Comissão de fiscalização para a transposição das normas jurídicas para	6,768	3,400	3,368	50%
12 Discussões em mesa-redonda – Parlamento nacional e ministérios comp	13,200	7,252	5,948	45%
14 Reunião das audiências públicas	49,644	36,859	12,785	26%
15 Realizar campanhas de sensibilização – processo legislativo	12,380	4,135	8,245	67%
16 Retiros de análise orçamental para comissões e funcionários	11,550	5,497	6,053	52%
17 Workshop de Desenvolvimento de Capacidades para Deputados e Organ	121,608	78,156	43,452	36%
18 Participação em conferências regionais/internacionais sobre SRHR E VI	71,625	76,081	(4,456)	-6%
19 Workshops consultivos com entidades interparlamentares	12,340	10,386	1,954	16%
20 Auditorias externas & avaliação de fim de projecto	72,050	52,721	19,329	27%
21 Participação em Assembleias Plenárias	23,120	20,754	2,366	10%
22 Custos administrativos gerais	29,280	32,049	(2,769)	-9%
23 Consultoria com técnicos de logística & avaliação de M&A	20,000	20,000	0	0%
24 Reuniões dos Grupos de Trabalho Nacionais	21,450	1,950	19,500	91%
25 Comunicação electrónica	39,400	23,955	15,445	39%
26 Executiva de Governação Corporativa (consignados em 2020-2021)	72,000	72,000	-	0%
27 Lei-modelo sobre a Gestão das Finanças Públicas	35,375	36,223	(848)	-2%
28 Reforço da Governação Corporativa & Administração do Fórum	10,908	11,063	(155)	-1%
29 Estudo de referência & validação dos mecanismos e práticas	9,700	606	9,094	94%
30 Reuniões estatutárias conjuntas das Comissões de CPRFLM e DGHR	9,700	9,347	353	4%
31 CPRFLM e da Comissão de DHGR	63,200	68,940	(5,740)	-9%
32 Debate regional em mesa-redonda – Fiscalização	16,400	8,160	8,240	50%
33 Reunião regional do RWPC, Comissão GEWAYD e OSC	66,400	61,550	4,850	7%
34 Interface regional sobre o papel do parlamento na promoção da juventude	9,700	-	9,700	
35 Reunião estatutária conjunta da CPRFLM e Comissão DGHR	63,360	16,132	47,228	75%
36 Formação de altos funcionários dos parlamentos	93,280	98,025	(4,745)	-5%
37 Elaboração e validação de um guião regional	29,700	-	29,700	
38 Lançamento do Projecto dos Presidentes dos parlamentos nacionais	8,700	-	8,700	
39 Engajamento de sensibilização	8,700	-	8,700	
Despesas totais	1,793,377	1,450,924	342,453	
EXCEDENTE LÍQUIDO	-	294,795	294,795	

3.2. SUBVENÇÃO DA ADA SOBRE O REFORÇO DA CAPACIDADE PARLAMENTAR NA SADC (ADMINISTRADA PELA GIZ)

3.2.1. A subvenção foi financiada pela Agência Austríaca de Desenvolvimento (ADA) e foi administrada, por sua conta, pela GIZ. O montante total da subvenção é de 309.905,09 euros. O projecto vigorou de 1 de Março de 2020 a 28 de Fevereiro de 2023, tendo já sido concluído.

3.2.2. O montante total dos fundos desembolsados pela ADA cifrou-se em 213.451 euros. As despesas incursas registadas em 31 de Março de 2023 totalizavam 274.283,88 euros, resultando num défice líquido de -60.832,88 euros. Foi entretanto apresentado à GIZ um pedido de desembolso no valor de 60 832,88 euros, uma vez que este montante

se encontra dentro do orçamento previsto no acordo de subvenção. O pagamento ainda não foi recebido. Os detalhes das despesas são apresentados na demonstração financeira que se segue:

Quantias em Euros			
Fontes de financiamento e de receitas	Orçamen to	Real	Desvio
Contribuição da ADA (segundo o Acordo de Subvenção)	309.905.08	213 451,00	96.454.08
Total de financiamento e de receitas	309.905.08	213 451,00	96.454.08

Categoria de despesas segundo o Acordo de Subvenção	Orçamento em euros	Real em euros	Desvio em euros
Peritos externos	138.146.74	116.014.23	22.132.51
Custos de deslocações	137.579.59	142.377.66	-4.798.07
Aquisição de bens	34.178.75	15.891.99	18.286.76
Despesas totais do Projecto	309.905.08	274.283.88	35.621.20
Excedente (défice) líquido		-60,832.88	-60,832.88

3.3. PROJECTO DA ACTIONAID DE RESPONSABILIZAÇÃO E DISPONIBILIDADE DE CORRESPONDER ÀS NECESSIDADES DE GÊNERO

3.3.1. A subvenção é financiada pela Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (SDC). A subvenção é administrada em seu nome pela ACTIONAID. A vigência do projecto é de 1 de Julho de 2019 a 30 de Julho 2023. O montante da subvenção é de US\$158.199. O doador não exige demonstrações financeiras auditadas para a sua subvenção, mas precisa de relatórios financeiros periódicos que são apresentados semestralmente.

3.3.2. O objectivo geral do projecto é a melhoria da responsabilização e da disponibilidade de corresponder às necessidades de género na gestão de recursos públicos, particularmente nas áreas dos serviços de VIH/SSR para adolescentes e jovens e serviços agrícolas que podem contribuir para a realização de alguns compromissos regionais da SADC.

3.3.3. Demonstração da posição financeira registada em 31 de Marco de 2023

3.3.3.1. O saldo dos fundos transportados a 1 de Abril de 2022, a partir do ano financeiro findo a 31 de Março de 2022, é de 44.435 dólares norte-americanos (645.800.78 dólares namibianos).

3.3.3.2. As despesas incursas entre 1 de Abril de 2022 e 31 de Março de 2023 totalizaram 29 560,75 USD (462 061.87 N\$), resultando num saldo de 14 873.94 USD (183 738.91 N\$). As despesas foram incursas no âmbito das comissões permanentes FANR e TIFI. Os detalhes são apresentados na Declaração de Responsabilidade pelo Fundo abaixo discriminada:

RELATÓRIO FINANCEIRO – 1 DE ABRIL DE 2022 A 31 DE MARÇO DE 2023

Demonstração de responsabilidade pelo fundo	REAL	REAL
	N\$	US\$
<u>Entradas:</u>		
SALDO REPORTADO	645.800.78	44.434.69
Fundos recebidos	0.00	0.00
Receitas totais	645.800.78	44.434.69
<u>Despesas</u>		
Custos contratuais	9.409.14	600.00
Interpretação	52.513.30	3318.75
Tradução	0.00	0.00
Outras categorias	400.139.43	25.642.00
Encargos administrativos	—	—
Despesas totais	462.061.87	29.560.75
Excesso das receitas em relação às despesas	183.738.91	14.873.94

3.4. SAFAIDS, PLAN INTERNATIONAL, SADC, ONUSIDA, FNUAP, UNDOC, ARASA: ELABORAÇÃO DA LEI MODELO SOBRE A VIOLÊNCIA BASEADA NO GÉNERO (VBG)

3.4.1. Foi concluída a elaboração da Lei Modelo sobre a VBG. A esse respeito, SAfAIDS e Plan International estiveram entre o grupo dos parceiros de cooperação que apoiaram o processo. Os outros parceiros, SADC, ONUSIDA, UNDOC, FNUAP e ARASA, efectuaram pagamentos directos ao consultor e aos serviços de apoio requeridos para as reuniões e o processo consultivo na elaboração da lei modelo.

3.4.2. SAFAIDS: Demonstração da posição financeira registada em 31 de Março de 2023

Os fundos reportados em 1 de Abril de 2022 totalizam US\$1.300 (N\$21.878). Durante o ano, foi recebido um financiamento adicional de US\$26.400 (N\$431.162,16), elevando as receitas totais para US\$27.700 (N\$453.040). As despesas incursas entre 1 de Abril de 2022 e 31 de Março de 2023 totalizaram US\$11.378 (N\$185.818), resultando num saldo de US\$16.322 (N\$267.222). As despesas foram incursas no âmbito do evento paralelo nas reuniões das comissões permanentes realizadas em Maio de 2022. Os detalhes apresentam-se na Declaração da Responsabilidade Financeira que se segue.

3.4.3. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELOS FUNDOS DA SAFAIDS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 MARÇO DE 2023

	N\$	USD
Receitas	2023	2023
Saldo reportado	21.878	1.300
Entrada	431.162	26.400
Receitas totais	453.040	27.700
Despesas		
Tradução da Lei Modelo sobre a VBG	—	—
Custos de hospedagem & sala de reunião do evento à margem das reuniões das comissões	120.596	7.384
Custos de tradução: evento à margem das reuniões das comissões	11.195	685
Custos de interpretação: evento à margem das reuniões das comissões	18.946	1.160
Ajudas de custo: evento à margem das reuniões das comissões	35.081	2.148
Despesas totais	185.818	11.378
Saldo registado em 31 de Março de 2021	267.222	16.322

3.5. PLAN International: Demonstração da posição financeira registada em 31 de Março de 2023

3.5.1 Foi concedida pelo Plan International em Junho de 2021 uma quantia de US\$20.000 para a Lei Modelo sobre a VBG. O saldo reportado em 1 de Abril de 2022 é de N\$114.658 (US\$6.582).

3.5.2. Foram incursas despesas de N\$ 104.508,60 (US\$ 6.000) para a consultoria sobre o boletim informativo da Lei Modelo sobre a VBG.

3.5.3. O fundo tem um saldo de N\$10.149,70 (US\$582) em 31 de Março de 2023. Segue-se o relatório financeiro registado em 31 Março de 2023.

Declaração de responsabilidade pelo fundo do exercício findo em 31 Março de 2023	REAL	REAL
	NAD	USD
<u>Entradas:</u>		
Saldo reportado em 1 de Abril de 2022	114.658.30	6.582
Receitas totais	114.658.30	6.582
<u>Despesas</u>		
Consultoria - Boletim informativo sobre VBG	104.508.60	6.000
Despesas totais	104.508.60	6.000
Saldo em 31 de Março 2023	10.149.70	582

3.6. Outros doadores

3.6.1.APOIO EM ESPÉCIE DO APHRC

3.6.2. O APHRC realizou 10 reuniões/formações virtuais de capacitação de Abril de 2022 a Março de 2023 em várias áreas de interesse, tanto para os deputados como para os funcionários dos parlamentos membros e do Secretariado. Estima-se que cada reunião tenha custado pelo menos U\$5.500, conforme indicado nos dados que se seguem. A contribuição total do APHRC está avaliada em U\$55.000 (N\$962.500). A decomposição por reunião é a seguinte:

	US\$	N\$
	por reunião	por reunião
Intérpretes (X 4)	1.800	31.500
Prelectores (X 2)	2.700	47.250
Tradução	1.000	17.500
Custos totais por reunião	5.500	96.250
Total para 10 reuniões:	US\$55.000	N\$962.500

3.7.RECOMENDAÇÕES SUBMETIDAS À CONSIDERAÇÃO DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA

3.7.1.A Assembleia Plenária é convidada a tomar conhecimento das contribuições dos doadores e dos parceiros de cooperação.

3.7.2.A Assembleia Plenária expressou os seus agradecimentos aos vários doadores e parceiros de cooperação pelo seu contínuo engajamento e apoio.